



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

**PARECER:** 819/2024-G3P/DA

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 00600-00009569/2022-86-e

**EMENTA:** 1. Representação nº 7/2022 – G3P, com pedido de medida cautelar, em virtude de possíveis irregularidades na condução dos processos seletivos para provimento dos cargos de Agente e Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, promovidos pelo Cebraspe, consubstanciadas em reprovações de candidatos das cotas para pessoas com deficiência quando da avaliação médica. Decisão nº 5184/2022. Procedência da Representação. Medida cautelar. Determinação ao CEBRASPE e PCDF de reintegração dos interessados, até o exame de mérito da Representação. Decisão nº 5035/2023: considerou cumprida a Decisão nº 5184/2022; no mérito, parcialmente procedente a Representação inaugural; e confirmou a medida cautelar deferida. Arquivamento dos autos. Requerimento de interessado. Preterimento na nomeação para o cargo de Escrivão de Polícia. Desarquivamento do feito. Decisão nº 1209/2024: Conhecimento da denúncia e determinação de esclarecimentos à PCDF e ao Cebraspe. Decisão nº 2058/2024: reiteração da medida, dada a falta de manifestação. Conhecimento do Ofício Cebraspe nº 003360/2024, Ofício nº 63/2024 - PCDF/DGPC/DGP/GAB e anexos, bem como de nova petição do interessado. 2. Unidade Técnica sugere considerar atendida a diligência; no mérito, procedente a denúncia e determinação de nova diligência. 3. Parecer convergente do MPC/DF.

1. Versam os autos acerca da Representação nº 7/2022-G3P (peça 9) e anexos (peças 1/8), do Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC/DF, com pedido de medida cautelar, em virtude de possíveis irregularidades na condução do processo seletivo para provimento de cargos de Agente e Escrivão de Polícia da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, promovido pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, consubstanciadas em reprovações de candidatos das cotas para pessoas com deficiência quando da avaliação médica.

2. Nesta etapa, os autos retornam ao MPC/DF para que se pronuncie sobre as ações implementadas pela organizadora do concurso e pela jurisdicionada, considerando a íntegra das Decisões nºs 1209/2024 (peça 155) e 2058/2024 (peça 174), *in verbis*:

**Decisão nº 1209/2024**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da denúncia do interessado (Peça nº 149) e anexos (Peças nºs 140/148); II – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe que, no prazo de 10 (dez) dias: a) enviem*

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

seus esclarecimentos com relação à denúncia apresentada; b) caso reconhecida a procedência dos fatos apresentados, desde já, adotem as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei; III – autorizar: a) o envio do Requerimento (Peça nº 149), da Informação nº 56/24 – DIFIPE 3 (Peça nº 152), do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, a fim de subsidiar a adoção das medidas necessárias; b) a ciência desta decisão ao signatário da Peça nº 149, informando-o de que deverá apresentar a cópia do seu título de eleitor a esta Corte; c) o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF”. (sublinhou-se).

**Decisão nº 2058/2024**

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da reiteração objeto da Informação nº 86/2024 – 3ª DIFIPE (e-DOC 3C98D9D3); b) da petição do interessado (Peça nº 160) com anexo (Peça nº 161), considerando neste ponto, atendida a Decisão nº 1209/2024; II – considerar, por outro lado, não atendida a decisão pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, tendo em conta que não se manifestaram no prazo deferido; III – reiterar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe que, no prazo de 10 (dez) dias, cumpram o disposto no item II da Decisão nº 1209/2024 para que: a) enviem seus esclarecimentos com relação à denúncia apresentada; b) caso reconhecida a procedência dos fatos apresentados, desde já, adotem as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei; IV – alertar a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF sobre a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida; V – autorizar : a) o reenvio do requerimento (Peça nº 149), das Informações nºs 56/24 – DIFIPE 3 (Peça nº 152) e 86/2024 – 3ª DIFIPE, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, a fim de subsidiar a adoção das medidas necessárias; b) a ciência da Informação nº 86/2024 – 3ª DIFIPE, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao signatário da Peça nº 149; c) o retorno dos autos à Sefipe, para as providências pertinentes. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF”. (sublinhou-se).

3. Destaca-se que, em resposta às supramencionadas Decisões, a PCDF enviou o Ofício nº 63/2024 (peça 197), acompanhado de documentos complementares (peças 198 a 227), relatando o histórico da situação do candidato, enquanto o Cebraspe encaminhou o Ofício nº 003360/2024 (peça 186), informando que o candidato havia sido classificado como regular no concurso, conforme Edital de 8/04/2024.

4. O candidato, por outro lado, mediante nova petição (peças 242 e 243), argumentou que a nomeação ainda não foi realizada, ao contrário de outros candidatos em



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

condições semelhantes. Assim, sustentou que sua nomeação depende de nova determinação do Tribunal, pois ele já figura como candidato regular no certame.

5. De sua parte, ao analisar os autos, por meio da Informação nº 135/2024 - DIFIPE3 (peça 244), a Área Técnica observou que os argumentos trazidos à baila pelo candidato se sustentam, em que pese as providências adotadas pela jurisdicionada e pela organizadora do concurso, visto que, dos 100 (cem) candidatos nomeados em dezembro de 2023, apenas 4 (quatro) foram convocados pela cota PCD, embora houvesse cinco vagas destinadas para tal.

6. Desse modo, pontuou que, embora o Cebraspe e a PCDF tenham reconhecido os termos da denúncia e aprovado o resultado final, a nomeação do denunciante segue pendente, contrariando, em parte a deliberação contida na **Decisão nº 1209/2024**, cujo teor, havia determinado que, se procedente, a denúncia deveria levar à adoção das medidas legais, o que não foi cumprido até o momento.

7. Em consequência, o corpo instrutivo propôs ao Plenário:

*“I. tomar conhecimento:*

*a) do Ofício Cebraspe nº 003360/2024 (peça 186), encaminhado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos;*

*b) do Ofício nº 63/2024 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (peça 197) e anexos (peças 198/227), enviados pela Polícia Civil do Distrito Federal; e*

*c) da petição do interessado (peça 243) e anexo (peça 242).*

*II. considerar, no mérito, procedente a denúncia de peça 149 com os respectivos anexos (peças 140/148), dado que os elementos carreados ao feito confirmam os fatos apresentados;*

*III. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adotem as providências necessárias à efetiva nomeação do candidato PcD denunciante no cargo de Escrivão de Polícia, encaminhando ao TCDF, no mesmo prazo, a documentação comprobatória das medidas implementadas;*

*IV. autorizar:*

*a) o envio desta Informação, do Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, a fim de subsidiar a adoção das medidas necessárias, e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, bem como ao signatário das peças 149 e 243, para conhecimento;*

*b) o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.”*

8. Mediante o Despacho Singular nº 247/2024 – GCMA (peça 246), o Conselheiro Relator encaminhou os autos a este Órgão Ministerial para manifestação.

9. **É o que basta relatar. Passo a opinar.**

10. De início, cumpre destacar que atuo no presente feito em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

11. Registro que, neste momento processual, a análise está centrada na avaliação das informações fornecidas pela PCDF (peças 197 a 227) e pelo Cebraspe (peça 186), em cumprimento às Decisões nºs 1209/2024 (peça 155) e 2058/2024 (peça 174), que, em suma, determinaram a adoção de medidas legais, caso reconhecida a procedência dos fatos apresentados pelo representante (peça 149).

12. Nesse sentido, por entender relevante à presente análise, trazem-se à baila os principais excertos do exame feito pela Unidade Técnica em sua Informação nº 135/2024 – DIFIPE3 (peça 244), seguidos da correspondente manifestação deste MPC/DF.

*“(…) **Manifestação do Cebraspe (peça 186)***

*14. A Banca, inicialmente, narra o histórico referente ao caso do interessado no presente feito, tanto no âmbito judicial, que tratou da prova de digitação, quanto no administrativo, que cuidou da avaliação médica, destacando que, em ambos, as decisões foram favoráveis ao denunciante.*

*15. No mais, acrescenta que “foi publicado o **Edital Nº 59 — PCDF, de 8 de abril de 2024**, com a devida **inclusão do candidato no resultado final do certame, na condição regular**, conforme se depreende dos recortes abaixo...”*

*16. Por fim, pondera:*

*“Desta forma, em alguns momentos do concurso, o candidato foi considerado sub judice, em razão de permanecer no certame em razão de determinações judiciais e, após o trânsito em julgado dos processos, foi **devidamente retirado desta condição, passando à condição de candidato regular, conforme informado acima**”.*

***Manifestação da PCDF (peça 197) e anexos (peças 198/227)***

*17. O Ofício nº 63/2024 - PCDF/DGPC/DGP/GAB (peça 197) afirma que, em cumprimento à determinação do TCDF, encaminha Manifestação, Edital de resultado final, Edital de nomeação, Edital de Classificação e Nota Informativa nº 523/2024 - PCDF/DGPC/DGP/DICAD/SEMOV prestadas pela Divisão de Gestão de Concursos e Divisão de Cadastro e canceladas pelo Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF.*

*18. A referida Manifestação, de 19/06/2024 (peça 219), relata, da mesma forma que o Cebraspe, o histórico da situação do denunciante, até culminar com o expediente da Banca que registra a atual situação do interessado, para, ao final, consignar:*

*“O relatório de situação do candidato ratifica a informação de que o denunciante não mais figura como sub judice no certame em tela (139786661).*

*Em relação a informações sobre a possível nomeação do denunciante, a demanda deverá ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Pessoas para análise e manifestação. Oportuno esclarecer que por meio do Memorando Nº 44/2024 - PCDF/DGPC/ESPC/DGC (140067316) foi informada a situação atualizada do candidato, que figura como regular no resultado final dos candidatos com deficiência, ocupando a 5ª posição.”*

*19. Já o Edital de resultado final, publicado em 28/07/2023, é a peça 223; o Edital de nomeação, publicado em 28/12/2023, é a peça 224; e o Edital de*



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

*Classificação, publicado em 02/04/2024, onde consta a atual situação do denunciante, é a peça 225.*

*20. Por último, a Nota Informativa nº 523/2024 - PCDF/DGPC/DGP/DICAD/SEMOV (peça 226) restringe-se a relatar:*

*“Em atenção ao Despacho 144065403, em que solicita esclarecimentos ao TCDF sobre o processo de nomeação de JEFERSON CARDOSO COSTA no cargo de Escrivão de Polícia, informo que na data de 28 de dezembro de 2023 foram nomeados 100 candidatos ao cargo de Escrivão de Polícia, distribuídos da seguinte forma: 76 candidatos da ampla concorrência, 20 candidatos que se declararam negros ou pardos e 4 candidatos que se declararam com deficiência, conforme edital nº 242, de 28 de dezembro de 2023 (144237660).*

*Ressalto que, conforme edital de resultado final (144237018), no momento da nomeação só havia 4 candidatos que se declararam com deficiência classificados. O edital com a classificação do candidato JEFERSON CARDOSO COSTA (144237939) só foi publicado em 02 de abril de 2024, 3 meses após a nomeação dos candidatos.*

*Sugiro encaminhamento das informações ao DGP/GAB”.*

**Petição do interessado (peça 243) e anexo (peça 242)**

*21. De início, o interessado confirma a publicação do edital que regularizou a sua situação, ao excluir a condição sub judice.*

*22. Adiciona, no entanto, que só a publicação desse edital não resolve o seu problema, porque a Administração permanece inerte com relação a sua nomeação.*

*23. A seguir relaciona os pontos que embasariam o seu entendimento:*

- “Existe um documento emitido pela banca examinadora, que afirma que todos os candidatos abrangidos pelo processo são regulares no concurso.*
- Que os outros candidatos beneficiados por este processo já foram nomeados e se encontram no exercício de suas funções.*
- Que no momento da nomeação este tribunal já havia decidido o mérito da presente ação”.*

*24. Entende que a nomeação só ocorrerá se o Tribunal determinar e relembra a nomeação dos candidatos da cota PCD ao cargo de Agente de Polícia em 24/06/2024, sem que ele tivesse sido acrescentado nesse ato.*

*25. Nessas condições, solicita: “No mérito, reconheça a procedência da denúncia apresentada, de forma que seja efetivada a aplicação correta da lei, garantindo a nomeação deste requerente”.*

**Análise**

*26. O TCDF, ao proferir a Decisão nº 5184/2022, em 07/12/2022 (peça 53), assim determinou, no que interessa:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...)*

*III – deferir medida cautelar para determinar à PCDF e ao Cebraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à reintegração de todos os candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido*





**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

desclassificados na avaliação médica, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito da representação em exame: (...)”.

(sublinhou-se)

27. Após, por força da Decisão nº 5035/2023 (peça 130), essa medida cautelar restou confirmada.

28. Nessa linha, os candidatos aprovados na avaliação biopsicossocial e reprovados na avaliação médica foram beneficiados pelas Decisões nos 5184/2022 e 5035/2023 e, segundo o requerente, essa é a sua situação.

29. A nomeação do dia 28/12/2023 (peças 148 e 224) não traz o nome do requerente e a peça 142 cita informações referentes ao interessado, em 2024, na condição sub judice, bem como a peça 144, que tornou públicos o resultado final no curso de formação profissional (CFP) e o resultado final no concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

30. Além disso, o interessado manejou ação judicial referente à prova de digitação e, realmente, obteve êxito com trânsito em julgado (peças 143 e 146).

31. Esse histórico foi ratificado pelo Cebraspe e pela PCDF e resultou na publicação do Edital nº 58 – PCDF, publicado no DODF de 02/04/2024, com o fim de retirar a condição “sub judice” do interessado, e do Edital nº 59 – PCDF, publicado no DODF de 10/04/2024, com a devida inclusão do candidato no resultado final do certame e respectiva classificação.

32. Assim, a denúncia apresenta-se procedente e a questão, sob o aspecto formal, no âmbito da Banca, restou resolvida. Porém, não há notícias nos autos, nem em busca no DODF até a presente data, da nomeação do interessado para o cargo de Escrivão de Polícia da PCDF.

33. Rememore-se que, ao proferir a Decisão nº 1209/2024, o TCDF determinou a apresentação de esclarecimentos, por parte do Cebraspe e da PCDF, e, caso reconhecida a procedência da denúncia, que já fossem adotadas as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.

34. Ocorre, todavia, que, mesmo reconhecendo a procedência da denúncia e providenciando a correção do resultado final, a PCDF não efetivou a nomeação do interessado, preterido na nomeação ocorrida em dezembro de 2023.

35. Essa preterição decorre da nomeação de 100 candidatos, dos quais 5 teriam que ser oriundos da cota para PCD1 e foram nomeados apenas 4. Segundo o Edital nº 59 – PCDF, de 08/04/2024, publicado na página 84 do DODF de 10/04/2024, foram 5 aprovados na cota para PCD e o denunciante foi o quinto colocado.

36. Em todo esse contexto, esta Unidade Técnica proporá determinação à PCDF no sentido de promover, em conjunto com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, com a urgência que o caso requer, a nomeação do denunciante.

37. Por oportuno, vale salientar que no Processo nº 00600- 00000207/2024-91 o TCDF cuidou de situação semelhante, pois, naqueles autos, houve denúncia de preterição de PCDs quando da nomeação dos candidatos para o cargo de Agente de Polícia. Entretanto, a nomeação dos Agentes de Polícia foi



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
GABINETE DA TERCEIRA PROCURADORIA

*efetivada no DODF de 25/06/2024, conforme salientado pelo denunciante, e o Tribunal proferiu a Decisão Reservada nº 219/2024, em 25/09/2024, onde tomou conhecimento da medida e autorizou o arquivamento dos autos.” (Grifos originais).*

13. Adentrando à análise das informações colacionadas ao Processo, consigna-se que este *Parquet* especial possui entendimento congruente com o exposto pelo Corpo Instrutivo na Informação nº 135/2024 – DIFIPE3 (peça 244).

14. Com efeito, é possível confirmar que, embora a PCDF e o Cebraspe tenham reconhecido a procedência da denúncia e ajustado o resultado final do certame (atendendo as determinações das Decisões nºs 5184/2022 e 5035/2023), a pendência da nomeação do representante permanece contrariando a Decisão nº 1209/2024, bem como o contido na Decisão nº 2058/2024, que reiterou a ordem e alertou a PCDF sobre a possibilidade de sanções administrativas pelo descumprimento.

15. Desse modo, constatada a omissão da Administração distrital, o *Parquet* concorda com o corpo instrutivo e considera procedente a denúncia (peça 149 e anexos 140/148). Recomenda, ainda, que a PCDF e a SEEC/DF, em até 30 dias, garantam o cumprimento da lei e a igualdade de tratamento entre os candidatos, adotando as medidas necessárias para a nomeação do interessado no cargo do Escrivão de Polícia da PCDF, com envio ao TCDF da documentação comprobatória.

16. Ante o exposto, este MPC/DF possui entendimento convergente com as proposições emanadas do Corpo Instrutivo, anuindo com a sugestões exaradas na Informação nº 135/2024 – DIFIPE3.

É o Parecer.

Brasília, 16 de outubro de 2024.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
*Procurador em Substituição*